







THE RIGHT TO READING: AN ANALYSIS OF ACCESS TO THE CONDITIONS FOR READER DEVELOPMENT IN THE PEDAGOGY COURSE

DIREITO À LEITURA: UMA ANÁLISE DO ACESSO ÀS CONDIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR NO CURSO DE PEDAGOGIA

Miguel Arcanjo Gama Degli Esposti (UENF) ¹ , Priscila Basílio dos Santos (UENF) ² , Júlio César Soares Dias (UENF) ³ , Sinthia Moreira Silva (UENF) ⁴ .

Abstract - The act of reading is intrinsically linked to the literacy stage, especially in the early years of Elementary Education. At first, it involves engagement with linguistic signs and, in turn, with the understanding of graphic symbols—the alphabet. With regard to reading, its importance is widely recognized, as it represents a fundamental means of acquiring knowledge, fostering intra- and interpersonal interaction, and engaging with the world. The present study aims to analyze the cultural repertoire of undergraduate students in the Pedagogy program at the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro with respect to their conditions of access and the development of competencies related to the promotion of reading. To support this study, the methodology adopted consisted of bibliographical research as its theoretical framework and a qualitative approach, carried out through a questionnaire containing both open- and closed-ended questions, distributed via Google Forms in the WhatsApp groups of Pedagogy classes in the 2nd, 4th, and 6th semesters. Considering the findings obtained from the questionnaire analysis, the sample demonstrated a sound understanding of the importance of reading. However, in some topics, respondents were unable to distinguish between the act of reading as the decoding of signs and critical reading, associating it instead with reading books, academic materials, and other content related to the world of stories. It is concluded that the sample analyzed has access to information and literature; however, there is not a strong reading habit. There was also an inversion of meanings, with the term “reading” being conflated with “literary reading.”

Keywords: Rights; Reading; Literacy; Education; Legislation.

Resumo - O ato da leitura está intrinsecamente ligado à etapa de alfabetização, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em primeira instância, incumbe adentrar aos signos linguísticos, por sua vez, ao entendimento dos sinais gráficos - alfabeto. No que tange à leitura, é de conhecimento mútuo a sua importância, representa uma forma primordial na aquisição de conhecimento, interação intra e interpessoal e com o mundo. O estudo aqui presente tem por objetivo, analisar o repertório cultural dos discentes em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no que diz respeito às condições de acesso e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao incentivo à leitura. Luz ao estudo, a metodologia adotada foi bibliográfica, como aporte teórico e pesquisa qualitativa, sendo realizada por meio de questionário, com perguntas abertas e fechadas, veiculada via

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem - UENF

²Graduada em Pedagogia (Licenciatura) na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

³Graduando em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

⁴Doutora e Mestra em Cognição e Linguagem - UENF

Google Forms nos grupos de WhatsApp das turmas de Pedagogia dos 2º, 4º e 6º períodos. Levando-se em consideração os fatos mencionados na análise do questionário, a amostra demonstrou possuir uma boa interpretação da importância da leitura. Em alguns tópicos, não souberam distinguir o ato de ler - pela decodificação dos signos e leitura crítica, relacionando-o a ler livros, aporte acadêmico e outros conteúdos voltados para o mundo das histórias. Conclui-se que a amostra analisada tem acesso à informação e à literatura, porém não há muito hábito de ler. Houve inversão de significados: termo “leitura” com “leitura literária”.

Palavras-chave: Direito; Leitura; Alfabetização; Formação; Legislação.

INTRODUÇÃO

Indubitavelmente, a leitura pode ser considerada um dos mecanismos primordiais para a comunicação, desempenhando um papel importante na integridade social, cultural e de formação da pessoa. Trabalhando a aprendizagem, o conhecimento, o cognitivo e a formação crítica, necessita ser assegurada desde a infância⁵, passando por todas as etapas da educação básica. De acordo com as transformações do mundo, fica mais em evidência a notoriedade na garantia e desenvolvimento do ato de ler, além de uma urgente intervenção nos paradigmas que interseccionam a promoção da leitura com o hábito de ler em consonância à formação adequada nas escolas.

Nessa perspectiva, é de grande importância pensar a leitura como um direito. Alhures ao que traz a Constituição Federal (1988), o artigo 205 aborda a educação como um direito de todos, a ser garantida para seu pleno desenvolvimento, visando cidadania e trabalho. Cabe entendimento, mesmo que indiretamente, das ações, políticas públicas, que assegurem o ato de ler, ao estar intimamente ligado com a alfabetização e a aprendizagem.

Para ciência, ler e literatura, mesmo que pareçam sinônimos, são dois termos diferentes. O ato de ler incumbe adentrar aos signos linguísticos, por sua vez, ao entendimento dos sinais gráficos, o alfabeto, enquanto a literatura usa da linguagem escrita e do ato de ler para a produção do mundo literário, livros e estórias dos diversos gêneros literários.

Para os devidos fins, objetiva-se com o presente estudo analisar o repertório cultural dos discentes em Pedagogia no que tange às condições de acesso e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao incentivo à leitura. Há de se indagar uma importante questão: como se dá a formação do leitor no curso de Pedagogia e o acesso à leitura de futuros educadores no exercício da profissão e promoção da leitura nas escolas?

Este artigo aborda o conceito de leitura, trazendo as ramificações, como hábito, cultura, criticidade, crescimento intelectual e conhecimento diversificado, tendo como objeto de estudo, os alunos graduandos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Esta pesquisa busca analisar aspectos como o tempo dedicado à leitura, os tipos de material lido, importância da leitura e os fatores motivacionais, tendo o aporte teórico dos autores Britto (2016), relatando sobre as designações da leitura, literatura e a importância das bibliotecas, Freire (1989) com a visão de mundo da criança antes de adentrar ao ambiente escolar, Bordini (1986), com a parte crítica da leitura, e Santaella (1983), no que concerne ao entendimento da semiótica, entre outros.

A leitura no processo crítico, construtivo e social

A princípio, por muito tempo, a educação no Brasil era um privilégio para poucos. A maior parcela da sociedade seguia a vida às margens, do modo como era possível: trabalho árduo para subsistência.

⁵Não a leitura propriamente dita, mas os mecanismos, metodologias e práticas pedagógicas que assegurarão a leitura na íntegra no momento certo da vida da criança.

Com o passar dos anos, o sujeito pôde ser reconhecido como detentor de direitos e ter sua seguridade na educação, sendo ela concebida por lei. “A escola, como instituição social, tem um papel fundamental na formação desse sujeito por meio de práticas pedagógicas que garantam a efetivação do direito de aprender dos alunos” (Ziviani; Moraes, 2016, p. 115), valorizando o aprendizado e o desenvolvimento do indivíduo para viver em sociedade.

Assim, antes de chegar à escola, a criança já tem consigo a própria visão do que é ler. Ao chegar ao ambiente escolar, oficialmente, toma ciência dos signos linguísticos no processo de alfabetização e letramento. Nessa conjectura, a leitura se dá antes mesmo da decodificação dos símbolos linguísticos, por meio de imagens, folhetos, jornais, cartazes e demais recursos visuais e sonoros acessíveis aos olhos e ouvidos.

Outrossim, ao afirmar que a “leitura de mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p. 9), Paulo Freire, na obra “A importância do ato de ler”, exprime a importância do que a criança tem do seu mundo, ou seja, sua bagagem cultural ao adentrar no ambiente escolar, fazendo apontamentos para a valorização desse saber rico e único de cada um. Não obstante, trazendo para o contexto construtivo e social da leitura frente aos signos gráficos, por conseguinte, a instituição escolar precisa usar desse mecanismo com o propósito de relacionar o currículo escolar com o contexto externo do aluno.

No que tange à leitura, é de conhecimento geral a sua importância. Representando uma forma primordial na aquisição de conhecimento, interação intra e interpessoal e com o mundo, para Britto (2016, p. 13) o ato de ler “[...] em primeira instância, implica a decifração, em silêncio ou em voz alta, de signos gráficos que correspondem à linguagem oral, tomando conhecimento do conteúdo de um texto”. Assim, o leitor assume diferentes perspectivas sociais de onde está inserido, sendo o núcleo familiar e a instituição escolar. Aqui, tem-se um processo linear e gradativo do leitor para com a leitura ao assimilar os elementos que compõem determinada cadeia semiótica⁶.

Mas, então, como se dá o ato de ler? A essa resposta, esclarece-se primeiramente que a linguagem para uma pessoa tem função essencial na construção da sua identidade e do seu ambiente, além do social. A ação da leitura está intrinsecamente ligada à etapa de alfabetização, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Importa, primeiramente, que a criança aprenda adequadamente as habilidades para os processos fonológicos e o sistema de escrita. Do mesmo modo, influências externas são necessárias para a construção e a formação do hábito da leitura desde a Educação Infantil, como aponta a Base Nacional Comum Curricular - BNCC ao afirmar que:

Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo (Brasil, 2017, p. 44)

Face ao exposto, fica entendida a importância das práticas pedagógicas adequadas para os segmentos da educação básica, respeitando as etapas do desenvolvimento do aluno. Dito sobre o papel escolar, pressupõe-se que família e escola caminham juntas. Nessa perspectiva, no seio familiar, o indivíduo necessita da sua influência para a construção e a formação do hábito da leitura.

Assim, a teoria sociocultural de Lev Vygotsky estabelece relações entre o desenvolvimento cognitivo e o acesso à leitura. Ao enfatizar a importância das interações sociais e da mediação cultural, Vygotsky apresenta a perspectiva do autor, enfatiza que o desenvolvimento humano é um processo sociocultural, moldado pelas interações sociais e pela internalização dos signos culturais e pensando no momento de aprendizado como uma relação de troca cultural de saberes, a que irá nomear de zona de

⁶“A Semiótica é ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido” (Santaella, 1983, p. 9).

desenvolvimento proximal, o espaço da ação educativa e a aprendizagem motora do desenvolvimento (Gandin, 2013).

Vygotsky (2007) explica que a comunicação estabelecida entre o mediador cultural e a criança em situação de ZDP oportuniza à criança adquirir linguagem e interpretar enunciados, que por sua vez, têm papel fundamental em sua leitura de mundo e posterior desenvolvimento cognitivo. A aquisição da linguagem se dá por meio de um processo gradual, que se inicia com a fala externa e egocêntrica e culmina na fala interior, mais elaborada e abstrata. A fala egocêntrica, embora inicialmente pareça autodirigida, desempenha um papel fundamental na organização do pensamento e na preparação para a fala interior (Gandin, 2013).

Outrossim, a leitura, nesse contexto, é vista como uma atividade que envolve não apenas a decodificação de símbolos, mas também a construção de significados. Ao ler, a criança interage com o texto, ativando seus conhecimentos prévios e construindo novas interpretações. Esse processo de construção de significados exige a mobilização de diversas habilidades cognitivas, como a compreensão, a inferência, a análise e a síntese (Gandin, 2013).

Conforme explica Gandin (2013), a teoria de Vygotsky sobre o desenvolvimento da fala e aquisição da linguagem nos permite descrever o desenvolvimento intelectual. O autor descreve uma progressão em quatro estágios: pré-verbal, psicologia ingênua, signos exteriores e crescimento interior.

Inicialmente, a comunicação é externa e egocêntrica, servindo como um instrumento para orientar o pensamento e a ação. Conforme a criança se desenvolve, a fala se torna cada vez mais internalizada e socializada, culminando na fala interior, que é silenciosa e mediada por signos internos. A comunicação interna egocêntrica, presente no terceiro estágio, desempenha um papel crucial nesse processo, funcionando como uma ponte entre a fala externa e a interna (Gandin, 2013). Com isso, ao longo desse desenvolvimento, a palavra adquire um papel central na construção do pensamento, permitindo à criança operar com conceitos abstratos e realizar operações mentais complexas.

A transição da fala egocêntrica para a fala interior marca um avanço significativo no desenvolvimento cognitivo da criança, possibilitando a aquisição de habilidades como a resolução de problemas e a autorregulação. Ou seja, a fala leva à aquisição da linguagem que proporciona a leitura e é etapa essencial do desenvolvimento intelectual, conforme explicita o artigo:

[...] o pequeno leitor recebe o enunciado do mediador cultural ainda no estágio da fala social primária, continuando o seu caminho na fala egocêntrica, onde a criança inicia o processo de pensar as palavras para atingir o significado puro no estágio da fala interior, ou seja, antes era a fala/enunciado dos outros, agora é a fala/enunciado interpretado pelo leitor que é externalizado para os outros (Gandin, 2013, p. 7).

Assim, o desenvolvimento da compreensão leitora está intimamente ligado à formação de conceitos e ao desenvolvimento conceitual que se inicia na infância com a construção de complexos, estruturas mentais que a criança utiliza para organizar suas experiências e conhecimentos. Os complexos evoluem ao longo do desenvolvimento infantil, tornando-se cada vez mais elaborados e abstratos. A leitura, ao proporcionar um contato com uma variedade de conceitos e ideias, contribui significativamente para a formação de um pensamento mais complexo e abstrato (Gandin, 2013).

A leitura, nesse contexto, não é apenas a decodificação de símbolos, mas um processo ativo de construção de significado a partir da interação entre a linguagem, a experiência social e o estágio de desenvolvimento cognitivo da criança. Em âmbito educacional, a educação infantil desempenha um papel crucial nesse processo, proporcionando as primeiras experiências de leitura e estimulando a formação de conceitos mais complexos com práticas como contação de história, visualização de imagens e imersão em atividades lúdicas (Gandin, 2013).

De acordo com Vigotsky (2007), o desenvolvimento do pensamento conceitual na criança passa por estágios intermediários, denominados complexos. Estes surgem na transição da fala egocêntrica

para a interior e são caracterizados por associações entre elementos, inicialmente baseadas em características concretas e experiências pessoais.

Os complexos evoluem em cinco fases: associativo, em que se estabelecem ligações entre elementos de diferentes narrativas; coleções, onde objetos são agrupados por características funcionais ou complementares; cadeia, onde elementos são conectados de forma sequencial e narrativa; difuso, marcado por ligações vagas e imaginativas, muitas vezes desvinculadas da realidade; e pseudoconceito, uma transição para o conceito verdadeiro, em que a criança realiza generalizações imprecisas (Gandin, 2013).

Assim, à medida que os complexos evoluem, a mediação cultural, através de atividades de leitura e produção textual, desempenha um papel crucial nesse processo, estimulando a criança a realizar inferências, estabelecer conexões e construir interpretações cada vez mais elaboradas.

Em outras palavras, “Métodos naturais de ensino da leitura e da escrita implicam operações apropriadas sobre o meio ambiente das crianças” (Vigotsky, 2007, p. 79). Portanto, é possível pensar na leitura, sob a perspectiva vygotskyana, como um processo ativo de construção de significado que impulsiona o desenvolvimento intelectual da criança, sendo o direito à leitura um modo de expandir as possibilidades de desenvolvimento cognitivo na infância e acesso à cultura e conhecimento socialmente construídos.

Melhora do vocábulo e capacidade interpretativa

A leitura é amplamente reconhecida como uma das ferramentas mais poderosas para o desenvolvimento do vocabulário e da capacidade interpretativa. Ao se engajar com as narrativas, o leitor é capaz de vivenciar diferentes realidades e emoções, o que não apenas enriquece sua visão de mundo, mas também contribui para a ampliação de seu repertório linguístico. Bordini (1986) afirma que:

[...] o ato de ler se completa e gratifica o leitor, tornando-o conivente com outras vidas e outros mundos, obrigando-o a se emocionar, a repudiar, a apaixonar-se, todavia, sem nunca perder o controle consciente da situação de leitura, o que é, talvez, seu maior atrativo, pois permite um diálogo em igualdade de condições (Bordini, 1986, p. 116).

Essa observação aponta a natureza interativa da leitura. Quanto mais variada for a leitura, maior será a exposição a novas expressões, construções sintáticas e formas de pensamento, o que, por sua vez, reflete na comunicação do leitor. Outro ponto essencial é a capacidade da leitura de desenvolver uma interpretação crítica e reflexiva. A leitura, quando feita de forma mecânica, sem nenhuma reflexão, não contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual.

Como argumenta De Sabino (2008, p. 1), “a leitura reflexiva representa uma das boas vias para entender a realidade. Ler um texto não acompanhado de reflexão não constitui caminho para o entendimento da realidade”. A autora destaca que a leitura deve ser acompanhada de processos mentais mais profundos, que envolvem a crítica, a compreensão e a reavaliação do que foi lido. Isso estimula o leitor a pensar criticamente, analisar diferentes pontos de vista e criar novas conexões, aprimorando assim tanto a capacidade interpretativa quanto a habilidade de formular argumentos.

A leitura também se apresenta como um poderoso veículo para a formação de sujeitos críticos, engajados na construção social e cultural de sua realidade. Segundo Freire (1982):

Formar sujeitos sociais, leitores da realidade em que se inserem e capazes de usar a leitura como instrumento indispensável à sua participação na construção do mundo histórico e cultural, implica garantir uma ação educacional voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno da sua capacidade de interpretar construções simbólicas, de modo que este se torne capaz de ler e pronunciar o mundo (Freire, 1982, p. 60).

Sendo assim, a leitura é vista como um processo ativo de interação com o mundo, no qual o leitor não apenas absorve informações, mas também aprende a decifrar as camadas de sua realidade, transformando-se em um agente social.

Portanto, não se resume à aquisição de palavras ou ao desenvolvimento de um repertório linguístico mais sofisticado, embora essas sejam consequências inevitáveis e, por muitos, desejáveis. Ela é, acima de tudo, um exercício de compreensão crítica e de construção de sentido. Cada texto oferece ao leitor um campo de experiências que vão além do conteúdo imediato: ele o desafia a questionar, a interpretar e a dialogar com o que é lido, permitindo um desenvolvimento cognitivo mais profundo e uma inserção ativa no processo de produção do conhecimento.

Dessa forma, como salienta Bordini (1986), a leitura promove um diálogo entre o leitor e o texto, no qual o primeiro tem a oportunidade de se engajar emocionalmente, sem, no entanto, perder o controle de sua reflexão consciente. É essa dualidade (o envolvimento emocional aliado à criticidade) que faz da leitura uma atividade única no desenvolvimento humano, tanto no que diz respeito ao enriquecimento do vocabulário quanto à capacidade de interpretar e interagir com o mundo ao seu redor.

Aspectos legais que abarcam o discurso da leitura como um direito

A educação abrange diversas dimensões legislativas, como leis, normas e regras, desempenhando um papel fundamental na estruturação e orientação para as práticas pedagógicas e institucionais. Com o passar dos anos, a Educação ganha notoriedade com avanços constitucionais e leis, melhorando a segurança e a equidade⁷ na educação básica. Todavia, assim como a sociedade, a educação necessita estar sempre em constante evolução. Com isso, é necessária a retificação da legislação com novas publicações de trechos específicos, demandados pela autoridade competente.

Dentre outros direitos assegurados à educação, há o ensino da leitura, tal como previsto no artigo 32, inciso I, da LDB (1996):

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (Brasil, 1996).

O artigo 4º, inciso XI, dispõe sobre a “Alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos” (Brasil, 1996). Tal dispositivo foi alterado pela Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022, com o objetivo de reafirmar o compromisso com a formação do aluno leitor e com o estímulo à prática da leitura.

A Base Nacional Comum Curricular (2017), caracterizada por ser um documento normativo e obrigatório, abarca todas as etapas e modalidades da educação básica. É referência para os currículos, integrando conteúdos e propostas pedagógicas que vão desde a educação infantil até ao ensino médio. Para discussão presente no discurso do direito à leitura, far-se-á uso de suas palavras:

No primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental anos iniciais, o foco da ação pedagógica deve ser a alfabetização, oferecendo amplas oportunidades para que os alunos compreendam e dominem o sistema de escrita alfabética. Esse processo deve estar integrado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, bem como ao engajamento dos alunos em diversas práticas de letramento (Brasil, 2017, p. 6).

⁷“Equidade significa dar às pessoas o que elas precisam para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades”. MORAGAS, Vicente Junqueira. Diferença entre igualdade e equidade. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade>. Acesso em 21 out. 2024.

Destarte, na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é preciso que a instituição esteja atenta para garantir a integração e a constância do processo de aprendizagem, sendo eficiente e respeitando as particularidades. É preciso assegurar na nova etapa, aprendizagens com base outrora concebidas, com as quais ela já está familiarizada. Assim, envolvendo assimilação dos conhecimentos adquiridos previamente, é possível prosseguir na jornada educativa (Brasil, 2017).

Considerando que o direito à leitura está relacionado à garantia da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é de conhecimento mútuo que a aprendizagem é gradativa. Nesse sentido, torna-se perceptível a influência do hábito de aprender a ler com o hábito da leitura. Nessa conjectura, o artigo 1º. Inc II, da Lei nº 10.753, de 2003, que atribui o direito de acesso e uso do livro, sendo ele “[...] o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, [...] da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (Brasil, 2003). Assim, a ausência da leitura está arraigada no coletivo e são necessárias políticas como a aqui apresentada, para dinamizar o acesso àqueles que necessitam do incentivo ao hábito da leitura.

As bibliotecas escolares têm papel fundamental na formação do leitor, uma vez que reúnem uma gama de categorias como: romances, contos, fábulas, textos acadêmicos, ficção e tantos outros os quais envolvem o aluno para o lazer de um novo mundo, uma nova época ou um contexto alternativo. Britto (2016, p. 80) elucida a biblioteca como um espaço a ser privilegiado, dispersando a falsa imagem de um lugar ermo e isolado, uma vez que naquele ambiente há descobertas, questionamentos e aprendizado.

A Lei nº 12.244/2010 discorre a respeito da universalização das bibliotecas nas escolas, com integração da Lei nº 14.836/2024, trazendo nova definição do que é biblioteca escolar e modificação da definição da mesma. Ainda, há a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. Juntas, consolidam a importância do espaço destinado aos livros e que atendam de forma efetiva os alunos. Nesse sentido, o Artigo 2º, inciso II, apresenta a seguinte definição:

[...] considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são: II - promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita; IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (Brasil, 2024).

Sendo assim, sua importância se dá pela caracterização de um ambiente mais acolhedor, com a presença de profissionais adequados para atuar de maneira eficiente na consolidação do espaço e objetivação da proposta pedagógica.

Análise da pesquisa: formação do leitor em turmas da Licenciatura em Pedagogia na UENF

Em vista de obter um parâmetro abrangente sobre a formação para garantia do direito à leitura, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, usando-se da plataforma *Google Forms* para a elaboração do formulário, contendo quatorze perguntas abertas e fechadas.

O objetivo foi compreender os hábitos de leitura, a formação acadêmica para o professor-leitor e as implicações em sua futura atuação profissional. A pesquisa contou com a resposta de quatorze alunos em situação de anonimato. Foi requerido o período cursado na faculdade para uma análise apurada.

Com relação ao “Período letivo”, “Gênero” e “Faixa etária”: A amostra são estudantes do 2º, 6º e 7º período, sendo 85,7% do gênero feminino e 14,3% masculino. Com faixa etária, 7,1% dos 56 aos

65 anos de idade e predominantemente 92,9% dos 18 aos 25 anos de idade. O curso conta com um grande número de pessoas do sexo feminino, perpetuando na Licenciatura em Pedagogia, o papel da mulher frente à educação.

Sendo assim, foi feita a pergunta: **“Para você, o que vem a ser o Direito à Leitura?”** e **“De acordo com a resposta do item 3, na sua percepção, esses direitos estão sendo garantidos à sociedade?”** As discursivas visavam entender na opinião dos respondentes o que vem a ser direito à leitura. Todas as respostas apontam para a necessidade do acesso à leitura garantido pelo poder público, assim como o seu incentivo por meio de obras literárias. Algumas das respostas foram:

Aluno 2: “Pra mim o direito à leitura tem a ver com o acesso universal à leitura e à literatura como um algo essencial do desenvolvimento humano, isso envolve não apenas a disponibilidade de livros e materiais de leitura, mas também o incentivo à prática da leitura”. Aluno 3: “O direito à leitura, é você ter o acesso a esse “material” independente da sua classe social, gênero, raça e idade e outros. . .”.

Esse entendimento de leitura como acesso à literatura é um pensamento recorrente nos dados avaliados. De fato, a ampliação do acesso é algo importante para o desenvolvimento intelectual. Entretanto, não é possível resumir a leitura como a capacidade de ler livros físicos ou impressos. O direito aqui falado implica no acesso a todas as formas de leitura presentes no dia a dia, bem como a criticidade necessária para uma apreensão crítica do conteúdo, conforme Bordini (1986):

Para além dos esforços de alfabetização, portanto, é preciso nas escolas nacionais, uma política de ensino de leitura que garanta ao aluno [...] a livre movimentação pelas múltiplas espécies de textos que a vida social lhe lança à frente, superando, inclusive, a barreira secular que entende leitura somente relacionada a livro ou à imprensa e não a qualquer sistema semiótico(Bordini, 1986, p. 115).

Sendo assim, a leitura, como o entendimento de qualquer sistema semiótico, ainda não é difundida enquanto conceito para o leitor, e não é encontrada nas entrelinhas das respostas dos respondentes. De fato, o direito à leitura está relacionado aos esforços para alfabetização.

No que se refere à questão anterior, que investigava se o direito à leitura estava sendo efetivamente assegurado à sociedade, a maioria das respostas revelou-se negativa. Outras poucas respostas ficaram no “meio termo”. De alguma forma, traziam a falta de preços que fossem acessíveis para comprar material de leitura, o avanço da tecnologia com a diminuição do hábito de ler, como também as bibliotecas virtuais e a falta ou infraestrutura inadequada de espaços (bibliotecas escolares e públicas) e falta do recurso/livro. Exemplos:

Aluno 6: “De certa forma sim, com as bibliotecas gratuitas físicas e virtuais também, mas vemos que cidades como Campos dos Goytacazes não possuem bibliotecas públicas a disposição da comunidade”. Aluno 14: “Eu não acho que seja igualitário, ainda existem desafios significativos, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e desinteresse em promover a leitura limitam o acesso, além disso, a promoção da leitura como um hábito cultural ainda não é algo incentivado ou fortalecido”.

Com isso, foi feita a pergunta, **com relação ao ciclo básico de ensino, se eles tiveram a leitura estimulada pelos professores.** Como resposta, apenas 28% dos estudantes responderam que tiveram incentivo, o que mostra que as políticas de incentivo à leitura não alcançaram esses alunos.

Observando a grade curricular do curso de Pedagogia da UENF, existe apenas uma disciplina do primeiro período obrigatória, de 68 horas, que é Leitura e Produção de Texto Acadêmico. Matérias relacionadas ao tema apenas trazem o conceito de literatura como “Tópicos especiais em literatura Infantil e Juvenil: Saberes e Fazeres Literários”, “Educação e Literatura Infantil”, “Tópicos em Literatura Infante-Juvenil e o Texto Cinético” e “Didática e texto literário” (UENF, 2019). As disciplinas mencionadas anteriormente possuem caráter optativo e não contemplam, de forma específica, o direito à leitura, tampouco estabelecem uma abordagem direta voltada à literatura.

Dessa forma, percebe-se que não existe uma oferta ampliada de matérias obrigatórias que tratam do direito à leitura. Esse dado leva a refletir sobre como a formação do Pedagogo na Universidade Estadual do Norte Fluminense carece de embasamento teórico para uma intervenção educacional no espaço escolar que incentive o direito à leitura.

Com relação ao quantitativo de leituras realizadas, **foi perguntada a quantidade de livros que eles leem, em média, por ano**, assim como a frequência dessas leituras ou materiais acadêmicos. Como resposta, 7,1% relataram que não realizaram leitura; e 28,6% leram entre 1 a 2 livros; 28,6% leram de 3 a 4 e 35,7% leram/leem mais de 5 livros no ano.

Já com relação à obrigatoriedade acadêmica, encontrou maior frequência da leitura de livros e/ou materiais acadêmicos obteve números significativos: 35,7% algumas vezes por mês, 35,7% algumas vezes por semana, 21,4% todos os dias e somente 7,1% lê raramente.

Nesse caminho, Britto (2016, p. 35) dialoga que “para que as pessoas leiam mais, é preciso que tenham mais tempo, e quanto a isso, pouco se pode fazer nos marcos atuais - ter mais tempo para si é um desejo da pessoa nos tempos de hoje e isso supõe uma luta política radical.” Dessa forma, não se sabe ao certo o que desmotiva o leitor, se é o cotidiano cansativo, a falta de hábito da leitura, ou até mesmo o desinteresse. Visivelmente, as práticas de leitura precisam ser trabalhadas, não por obrigação, mas com a percepção de evolução das capacidades cognitivas e lazer.

Foi **perguntado se as pessoas do núcleo familiar contribuíram para o hábito de leitura e se têm o hábito de comprar livros, como aquilo realizado com frequência, sendo aprendido primeiramente na família**. Considera-se que, para a criança, o comportamento observado no ambiente em que está inserida exerce influência significativa na formação e no desenvolvimento de suas características. Com o hábito da leitura não é diferente. Diante do hábito de compra, 42,9% responderam que raramente compram algum livro, 21,4% não compram e 35,7% compram. **E com relação às pessoas que compõem o núcleo familiar, se contribuíram para o hábito de leitura**, 64,3% negaram, enquanto apenas 35,7% afirmaram a influência familiar na aquisição da prática.

Dessa forma, ao influenciar a leitura, a pessoa usa de suas habilidades de letramento ao precisar ler e interpretar textos. Assim, Bourdieu (2007) em **A distinção: crítica social do julgamento** argumenta acerca do gosto em relação à posição social e cultural dos indivíduos, sendo influenciado por fatores como a educação, o ambiente familiar, a classe social, a condição econômica, entre outros. De forma objetiva, o capital cultural desempenha papel fundamental na construção da identidade, de modo que quanto maior o capital cultural de um indivíduo, maiores são as possibilidades de alcançar posições de destaque na sociedade.

Assim, **perguntou-se também com relação ao local de leitura que costuma ter com mais frequência**. Reconhece-se que a existência de um ambiente tranquilo constitui requisito fundamental para aqueles que buscam realizar uma leitura de qualidade. Perguntados de onde leem com mais frequência, a maior parcela da amostra, 85,7%, indicou “casa” enquanto 7,1% contemplaram “na biblioteca da instituição de ensino” e “no transporte público”.

Para esclarecimento, a instituição de ensino na qual foi aplicada a pesquisa, dispõe de uma biblioteca multifacetada, com espaços individuais, coletivos e laboratório equipado com computadores. Existe, ainda, um grande acervo virtual. Porém, em contrapartida, apenas 31%⁸ das escolas públicas brasileiras contam com biblioteca. Os segmentos da educação infantil (5,2 milhões de crianças) e ensino fundamental (11 milhões de crianças), não dispõem de bibliotecas escolares para uso (ATRICON, 2024). Dessa maneira, fica em evidência a falta da efetividade das leis que asseguram o direito da leitura para a educação básica, criando carência na aprendizagem.

⁸Dados do Censo Escolar de 2022, trabalhados pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon. APPEL. Vinicius. Apenas 31% das escolas brasileiras possuem biblioteca. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, 2024. Disponível em: <https://atrimon.org.br/apenas-31-das-escolas-publicas-brasileiras-possuem-biblioteca>. Acesso em: 15 set. 2024.

Foi perguntado também **se eles se consideram leitores críticos, e na percepção de cada, falar que conhece de ser um leitor crítico**. O pensamento crítico é uma habilidade fundamental para a formação e a integridade cidadã. Além de outros fatores, o hábito da leitura está intrinsecamente associado a esta abordagem. Assim, “Letras e sujeitos fundem-se numa dinâmica natural do cotidiano, ampliando a compreensão do sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo que habita” (Ziviani; Moraes, 2016, p. 111). Ao serem questionados, em seu autojulgamento de valor, se são leitores críticos, 78,6% alegaram que sim, ao passo que 21,4% negaram. Ainda, foi pedido para que respondessem o que é um leitor crítico:

Aluno 1: “É colocar minhas percepções e reagir diante do que estou lendo.” Aluno 2: “Ler e questionar aquilo que leu, não apenas acatar tudo como certo, mas raciocinar e ter sua própria perspectiva sobre o assunto.” Aluno 3: “É alguém que tem a habilidade de refletir sobre a própria leitura, examinando como ocorre seu próprio processo de interpretação.” Aluno 4: “Na minha concepção, seria um leitor que enxerga mais do que apenas o ato de decifrar palavras, é uma habilidade autônoma de analisar e refletir sobre um assunto, um leitor crítico questiona o conteúdo, avalia as intenções do autor, identifica argumentos e evidências, e considera diferentes perspectivas, sem ser deixado levar por influências externas.” Aluno 5: “Refletir sobre o que está lendo.” Aluno 6: “Creio que seja absorver o conteúdo e de alguma maneira ele contribuir para novas percepções de mundo.” Aluno 7: “Uma pessoa que não apenas ler por ler, e sim procura se fundamentar, argumentar, interpretar o texto que esteja lendo!” Aluno 8: “Um leitor que ao ler não apenas aceita aquilo que leu, sem analisar o que quer dizer ou se é uma informação verdadeira. Um leitor que questiona o que está lendo e analisa as diversas possibilidades de interpretação.” Aluno 9: “Ter a capacidade de pensar por conta própria e impor minhas opiniões próprias sobre questões sociais.” Aluno 10: “É ter opiniões diversas ao ler um texto ou um livro, bem como saber identificar significados ocultos na narrativa, até mesmo criar novos significados com autonomia.” Aluno 11: “Leitor que compreende e analisa para além do texto, para a realidade.” Aluno 12: “Um leitor crítico, é um indivíduo com a capacidade de pensar por conta própria a partir de suas ideias e opiniões generalizadas em questões sociais, políticas, ou até mesmo criticar algo que gosta ou não.” Aluno 13: “Que analisa de forma profunda o material e sua própria experiência ao longo da leitura.” Aluno 14: “O que lê atentamente formando opiniões sobre o texto.”

A partir das respostas, é perceptível a criticidade fundamentada em cada uma. O olhar crítico para a dinamização da leitura e suas habilidades de interpretação a partir daquele determinado conteúdo. É saber julgar determinado produto, sendo ele resultado do pensamento de outro. Desse modo, a “escola exerce um papel relevante na influência dos leitores e que o trabalho desenvolvido pelos docentes pode contribuir para que a leitura seja prática constante na vida do leitor” (Ziviani; Moraes, 2016, p. 114).

Em curiosidade ao tipo de leitura realizada, foi questionado **o tipo de material de preferência e se participa de algum grupo de leitura na universidade**. Assim, ao abordar práticas de leitura no quesito recurso, 57,1% responderam que preferem ler textos fictícios em seus momentos de leitura. A leitura por prazer, enquanto literatura, enriquece o processo de entendimento do texto e enquanto atividade intelectual, requer um esforço que, investido em atividades

enfadonhas e cumprimento de prazos, não instiga a curiosidade intelectual para a formação do leitor curioso, ou leitor pesquisador. Em comparação, 14,3% disseram preferir livros acadêmicos. Sobre a insistência do campo educacional em uma “leitura mágica”, sem se debruçar devidamente sobre a obra, afirma Paulo Freire:

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler [...] A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a serem compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. Visão que urge ser superada(Freire, 1989, p. 12).

Ainda refletindo sobre a necessidade de se ter a curiosidade como norte do ato de ler, Paulo Freire (1986) nos propõe práticas de estudo em sua obra, uma em destaque são os círculos de cultura. Esses grupos se dedicam a ler um texto escolhido pelo mediador cultural e escrever, recontar a partir do texto e aumentar seus conhecimentos, sendo uma prática essencial no processo de alfabetização. Em paralelo, **foram questionados se estes participavam de algum grupo de leitura**, a qual 78% disseram que não.

Assim, é possível recorrer a Freire e aos seus círculos de cultura para pensar a importância de práticas coletivas de base que permitam o desenvolvimento intelectual e cultural dos futuros docentes, pois, participando de um círculo de cultura, podem adotá-los como prática nos espaços escolares e incentivar uma leitura ativa. Conforme afirma o autor, “no Círculo de Cultura, enquanto contexto que costumo chamar teórico, esta atitude de sujeito curioso e crítico é o ponto de partida fundamental a começar na alfabetização” (Freire, 1986, p. 12), sendo possível pensar nos círculos de cultura como uma prática também de formação continuada a fim de ampliar o direito à leitura.

Em vista dos dados apresentados, a análise da formação do leitor em turmas da Licenciatura em Pedagogia na UENF obteve um panorama simplório, dado ao baixo número de alunos contribuintes. O questionário realizado no *Google Forms*, foi compartilhado com o grupo geral e entre os grupos de cada período, via *WhatsApp*, e não obteve grande aceitação para respostas. Fica evidente a necessidade de maior comprometimento com a pesquisa científica, principalmente considerando sua relevância, que reflete no aprendizado dos próprios graduandos, os quais têm compromisso direto com o magistério.

Levando-se em consideração os fatos mencionados na análise do questionário, a amostra demonstrou possuir uma boa interpretação da importância da leitura. Portanto, em alguns tópicos, não souberam distinguir o ato de ler, pela decodificação dos signos e leitura crítica, relacionando-o a ler livros, aporte acadêmico e outros conteúdos voltados para o mundo das histórias. Logo, diante do exposto, evidencia-se a compreensão acerca da relevância da leitura no contexto escolar e de sua contribuição para a formação do leitor crítico.

Considerações Finais

O percurso pedagógico demonstrou a importância de metodologias que estimulem a autonomia e o protagonismo estudantil com o apoio de ferramentas digitais. A possibilidade de compartilhar o conhecimento de maneira criativa faz com que os alunos valorizem mais o processo de ensino e aprendizagem. Esse cenário evidencia a necessidade de continuar explorando metodologias inovadoras para aprimorar a produção textual no ambiente escolar.

A integração de tecnologias digitais no ensino de Língua Portuguesa, como a plataforma Canva, não apenas facilita a criação de textos visuais e escritos, mas também promove a inclusão e a acessibilidade. Ao oferecer uma variedade de recursos e ferramentas, o Canva permite que alunos com diferentes estilos de aprendizagem e habilidades se expressem de forma autêntica e criativa.

REFERÊNCIAS

- BORDINI, M. d. G. Por uma pedagogia da leitura. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, p. 111–118, 1986. mar.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007. 560 p. Acesso em: 16 set. 2024. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239100/mod_resource/content/0/Pierre_Bourdieu%20-%20A%20Distin%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC - . Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro**. Acesso em: 25 set. 2024. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm.
- BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Acesso em: 08 out. 2024. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm.
- BRASIL. **Lei nº 14.837, de 08 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)**. Acesso em: 08 out. 2024. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm#art1.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acesso em: 20 set. 2024. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- BRITTO, L. P. L. **No lugar da leitura: biblioteca e formação**. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2016. 93 p. Acesso em: 26 set. 2024. Disponível em: https://www.uece.br/profletras/wp-content/uploads/sites/72/2016/07/nolugardaleitura_FSM_PDFDIGITAL_naoespelhadadas_alteracaojunho16_AF_10.pdf.
- DE SABINO, M. M. d. C. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 45, n. 5, p. 1–11, 2008. Acesso em: 22 set. 2024. DOI: 10.35362/rie4552028. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2028>.
- FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. p. 9–12.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 6. ed. [S. l.]: Paz e Terra, 1982.
- GANDIN, R. V. A construção dos significados na teoria de Vygotsky: possibilidades cognitivas para a realização da leitura. **Criar Educação: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC**, v. 2, n. 1, 28 maio 2013. Acesso em: 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1178>.
- SANTAELLA, L. **O Que é Semiótica**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos). Acesso em: 08 out. 2024. Disponível em: https://projetoex-votosdobrasil.net/wp-content/uploads/2023/01/146282759-o-que-e-semiotica_1.pdf.

UENF. **Matriz Curricular Curso de Pedagogia (Licenciatura/Presencial)**. 1/2019. Acesso em: 25 out. 2024. 2019. Disponível em: <https://academico.uenf.br/cursos/49/matrizes/51>.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZIVIANI, M. C. N.; MORAES, S. W. R. d. A leitura como direito na educação básica. **Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica**, Vitória-ES, v. 22, n. 1, p. 104–121, 2016. jan./jun. 2016. Acesso em: 16 set. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/13868>.